

31 DE MARÇO DE 2021 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e WELLINGTON MOURA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Abre a sessão. Coloca em discussão o PR 8/21.

2 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Discute o PR 8/21.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Anuncia a visita do ex-deputado Fernando Capez.

4 - DELEGADA GRACIELA

Discute o PR 8/21.

5 - BARROS MUNHOZ

Discute o PR 8/21.

6 - ENIO LULA TATTO

Discute o PR 8/21.

7 - WELLINGTON MOURA

Assume a Presidência.

8 - PROFESSORA BEBEL LULA

Discute o PL 8/21.

9 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

10 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Discute o PR 8/21.

11 - PAULO LULA FIORILO

Discute o PR 8/21.

12 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o PR 8/21.

13 - JANAINA PASCHOAL

Para questão de ordem, discorre acerca de acordo entre parlamentares a respeito do PR 8/21. Indaga à Presidência se é possível o pronunciamento da deputada Isa Penna a respeito.

14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Explica a ausência da deputada Isa Penna, no chat.

15 - PATRICIA BEZERRA

Discute o PR 8/21.

16 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Convoca sessão extraordinária em ambiente virtual a ser realizada amanhã, às 11 horas.

17 - GIL DINIZ

Para questão de ordem, indaga à Presidência entendimento a respeito do art. 100 do Regimento Interno, concernente à convocação de sessões extraordinárias.

18 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Informa que ato da Mesa permitiria a excepcionalidade, em razão da pandemia de Covid-19. Tece considerações a respeito do parecer da Procuradoria desta Casa, a quem elogia. Enaltece a importância do Congresso entre as lideranças, a ser realizado amanhã, em ambiente virtual, às 9 horas, com a presença dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e do Corregedor desta Casa.

19 - ERICA MALJUNGINHO

Para questão de ordem, indaga à Presidência se é possível adiar sua inscrição para discutir o PR 8/21, para amanhã.

20 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Dá resposta afirmativa à questão, se houver acordo entre as lideranças para o levantamento da presente sessão.

21 - TEONILIO BARBA LULA

Para questão de ordem, indaga à Presidência se os deputados Barros Munhoz e Emídio Lula de Souza devem participar da reunião, amanhã, como membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, já que renunciaram à posição. Desculpa-se com a deputada Maria Lúcia Amary por pronunciamento, a seu ver machista.

22 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Dá resposta afirmativa à questão, pois os pedidos de renúncia não foram formalizados.

23 - MARIA LÚCIA AMARY

Para questão de ordem, defende a participação na reunião a ser realizada amanhã, dos deputados Emídio Lula de Souza, Barros Munhoz e da deputada Erica Maljunquinho, como membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

24 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Reitera que não houve pedido formal de renúncia como membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

25 - EMÍDIO LULA DE SOUZA

Para comunicação, informa que formalizara pedido de renúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, durante Presidência do deputado Cauê Macris. Dispõe-se a participar da reunião a ser realizada amanhã, às 9 horas.

26 – PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Afirma que como não fora publicada a renúncia, não há óbice à presença na reunião.

27 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, informa que não formalizara pedido de renúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

28 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Manifesta-se honrado por ter sido presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no biênio passado.

29 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, conclui que os deputados Emídio Lula de Souza e Barros Munhoz devem participar da reunião a ser realizada amanhã, às 9 horas.

30 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Tece considerações sobre decisões acerca do PR 8/21. Reitera agradecimentos à Procuradoria desta Casa. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e declara aberta a 5ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para falar pelo tempo remanescente, o deputado José Américo, líder da Minoria.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Ok. Tudo bem aí, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ouvindo bem, deputado. Só para dizer, deputado, só um minuto mais. Temos inscritos a deputada Graziela, o deputado Barros Munhoz, o deputado Enio Tatto, Adalberto Freitas, Dr. Jorge do Carmo, Marina Helou...

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Está sem som.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor está me ouvindo, deputado? Deputado José Américo, o senhor está me ouvindo?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Está sem som. Está sem som.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu estou ouvindo bem o senhor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Vocês entenderam que está sem som?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, eu estou ouvindo. O senhor está dizendo que está sem som, mas está com som.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Não sei o que fazer.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um momentinho só, deputado Zé.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Está sem som.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Os outros deputados estão ouvindo o deputado José Américo? Façam um sinal. Todo mundo ouvindo. Até o sorriso do deputado Dirceu Dalben. Um momentinho, deputado José Américo. Só estou lendo a lista dos inscritos. Um momentinho que já passo a palavra ao senhor.

Novamente: deputado José Américo, deputada Dra. Delegada Graziela, deputado Barros Munhoz, deputado Enio Tatto, deputado Adalberto Freitas, deputado Dr. Jorge do Carmo, deputada Marina Helou, deputada Patricia Bezerra, deputada Erica Maljunquinho, deputada Monica da Mandata Ativista, deputada Leci Brandão, deputado Cezar, deputado Luiz Fernando, deputada Douglas Garcia e deputado Sergio Victor.

Para continuar, o deputado José Américo, pelo tempo remanescente de 22 minutos e oito segundos. Com a palavra, o deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Estou sem som. Por que, hein?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu estou ouvindo o senhor, deputado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Ah, é? Você está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ouvindo bem. Pode falar.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Desculpe, Sr. Presidente. Bom, eu estava falando dos anos obscuros da Ditadura Militar, do que a Ditadura Militar precisou fazer para se manter no poder no Brasil, esse tipo de coisa. Lembrei da ditadura se valendo do lumpesinato urbano, se valendo do banditismo. Em um certo sentido, a gente vê isso hoje no Rio de Janeiro, não é?

Não quero prolongar muito isso, quero voltar para o tema central, mas quero dizer que hoje a gente não tinha nada para comemorar. Ao contrário, tínhamos que, no dia de hoje, cantar ou fazer algum tipo de cerimônia fúnebre, que foi o que esses 31 anos significaram.

Achei muito ruim a Ordem do Dia feita pelo Braga Netto, que, na verdade, me pareceu mais um general a serviço do poder, a serviço do Bolsonaro. Vai acabar levando um pé na bunda em algum momento, até merecidamente, como fizeram com o Pazuello, porque é aquele sujeito que, sequioso do poder, faz isso.

Esses generais da escola do Villas Bôas, esse golpista de primeira ordem, são pessoas que, na verdade, entristecem o Exército Brasileiro, mas, ontem, nós vimos, a partir da resistência dos comandantes das Forças, que o Exército Brasileiro não é representado por Villas Bôas, nem por Braga Netto. O Exército Brasileiro tem, com todos os problemas que se possa alegar, ele tem uma postura, através de seus principais comandantes, uma postura de atuar legalmente e não entrar na política. Isso que é fundamental.

E o nosso presidente Bolsonaro precisa parar de ficar instigando os quartéis. Agora ele passou, ele viu que não dá para fazer isso, que não estava tendo retorno, e começa a fazer isso nas polícias, explorando reivindicação social, o que é uma coisa terrível, não é?

Propondo motim, propondo insubordinação. A Bia Kicis, que é uma pessoa muito ligada a ele, presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional, fez isso através da internet. O seu filho, Eduardo Bolsonaro, também fez isso.

Então, são coisas lastimáveis de pessoas que conspiram diuturnamente contra a democracia. Quero dizer que lastimo tudo isso e acho que o povo brasileiro tem que estar alerta. Os partidos têm que estar alertas. As instituições, como o STF, os juizes e promotores têm que estar alertas.

Foi muito importante, ontem, que esse cabeça de bagre, esse major Vitor Hugo, tentou aprovar uma medida de exceção e levou um pau no plenário, ou seja, o Bolsonaro tentou mostrar, de forma falastrona, que ainda tinha poder, porque na verdade ele é um refém do centrão, e não saiu do lugar.

É mais um falastrão. De qualquer forma, isso cria anarquia nas Forças Armadas, na PM. Mesmo na sua fraqueza, ele é capaz de esse tipo de coisa, de criar essa anarquia nas Forças Armadas e na PM.

Acho que ontem o jornalista Kennedy Alencar usou uma expressão muito oportuna. Ele disse o seguinte: “É um leão, rugem como um leão, corre como um leão, mas está desdentado”. É isso aí, um leão desdentado, refém do centrão e querendo, evidentemente, se impor através de preparação de um autogolpe para se livrar dessa pressão do centrão.

Pelo jeito, não vai se livrar. O governo está muito mal, está mal avaliado, a situação econômica é muito difícil. Caiu a ficha das pessoas em relação ao papel que ele teve no combate à pandemia.

Mas voltando ao nosso assunto: quero dizer que acho que o decoro parlamentar... Já fui presidente de uma Casa, já fui vereador em São Paulo, presidente, secretário. O decoro parlamentar é uma coisa muito importante, porque ele garante, do ponto de vista da opinião pública, modos, comportamentos e regras em relação à sociedade. Então, é uma forma, inclusive, de conservar a credibilidade dos parlamentos.

Inclusive, no decoro parlamentar, as coisas têm pesos diferentes. Por exemplo, uma pessoa...Vejam bem, eu jamais faria uma coisa dessas, mas uma pessoa que, digamos assim, dá um empurrão e derruba a outra no chão, sem machucar, provavelmente essa pessoa teria uma pena branda do ponto de vista judicial.

Se fizer isso na Assembleia Legislativa, isso é motivo de cassação. É uma agressão para cassação. Por quê? Porque precisamos mostrar para a sociedade que temos um comportamento determinado aqui dentro, que não avacalhamos, que nós respeitamos as pessoas e nos respeitamos.

Isso é oriundo do início dos parlamentos. Já imagina como era o início da Câmara dos Comuns na Inglaterra ou da Assembleia Nacional na França. Era um quebra-pau, os caras se batiam, etc.

Então, foi-se construindo ao longo do tempo um comportamento, um decoro parlamentar para mostrar para a sociedade. Então, é nisso que entra o que foi feito aqui nesta Casa pelo Cury. Eu acho assim, fico triste que isso tenha acontecido porque, infelizmente, não vou fazer nenhum julgamento subjetivo, mas é uma coisa triste de acontecer. Mas aconteceu.

Se aconteceu e teve repercussão social bastante grande, a Casa passou a ser olhada por uma parcela da opinião pública muito grande como uma Casa que não se respeita, uma Casa que está quebrando o decoro. Por isso, é importante que a gente construa uma punição correspondente. Não estou dizendo aqui uma vingança, mas uma punição correspondente.

Meu partido defende, defendeu, chegou a defender e defende a cassação. No entanto, em favor de que a gente possa ter uma pena que seja dura e que não seja uma falsa pena, ou seja, uma pena para não ser pena... Inclusive, as pessoas vão perguntar: por que 119 e não 120?

Vai ser difícil explicar. Então, fugindo, saindo dessa hipótese de um arremedo de pena, estamos propondo buscar uma alternativa, buscar um acordo em que a Casa não afaste a possibilidade de ter uma pena dura, mas que seja alguma coisa aprovada pela maioria das pessoas.

Quando a Valeria Bolsonaro e a Janaina falam da cassação... Olha, Janaina e Valeria, não venham ensinar radicalismo à esquerda para nós. A gente sabe muito bem fazer isso.

Às vezes, uma posição dessas pode ser até uma posição negativa, porque você radicaliza de um lado e vai ter dois ou três votos só e a posição, digamos assim, que não é boa para a sociedade, que não é boa para Assembleia, vai ser vitoriosa. Então, acho muito melhor vocês reverem o que vocês estão falando e a gente buscar um acordo, buscar a construção de uma posição que seja uma punição e que seja aprovada por esta Casa.

Os 119 dias é uma coisa que vai ficar muito ruim para nós. Vai passar a ideia de não punição, de convivência. A gente pode construir uma coisa que não seja a cassação, mas que seja uma pena dura, que pode ser os seis meses, a proposta inicial do Emídio que foi recolocada aqui pelo nosso guru Barros Munhoz.

Aliás, meu guru Barros Munhoz. Então, a gente pode evoluir para essa posição, que acho que é a seguinte: conseguimos uma posição de punição dura, à altura do que foi feito na Casa, para provar, inclusive, que isso aqui não é vingança. Não é vingança.

Aí eu volto a falar sobre a Janaina. Acho que a Janaina foi extremamente feliz quando ela fez a discussão sobre pareceres. Aí está a capacidade dela como advogada, ela acabou de mostrar. Janaina, parabéns, sua interpretação foi muito boa.

Acho que é isso que a Janaina falou. Eu já presidi uma Casa, eu sei que é assim. Você recebe um parecer do procurador e é um parecer, chama-se parecer. A Mesa acata ou não o parecer.

Quando é uma coisa delicada, o Plenário deve ser consultado sobre o parecer, porque o parecer não é uma lei. O procurador não faz parte do Poder Judiciário. Ele é apenas o nosso assessor jurídico.

Dá-se o nome de procurador para dar um status para eles, para eles negociarem em nosso nome e tal, mas eles são, na verdade, advogados que nos assessoram. Sei que são competentes, são muito bons, são pessoas tecnicamente muito bem preparadas, mas foi um parecer que foi dado.

O Campos também fez uma ótima intervenção nesse sentido, eu queria destacar, mas o Barros Munhoz fez uma coisa e eu fui ler o tal do parecer e o Barros tem total razão. O parecer é contraditório.

Em determinado momento, ele fala que, como não tem previsão de emenda, então não pode, o que é estranho. Se não tem previsão, não está definindo se pode ou não pode, não é? Não está tocando no assunto. E lá embaixo ele faz analogia com o Regimento da Casa.

Então, acho que é um parecer que foi feito, talvez, com pressa, talvez mais preocupado com a questão política de trazer para a Casa alguma coisa amarrada que pudesse ser votada sem maiores problemas do que um parecer, digamos assim, com grande conteúdo jurídico. Então, infelizmente, peço perdão aos procuradores, a quem elaborou esse texto, mas, se quiser, eu discuto com você e falo que esse parecer foi ligeiro. Respeito, mas acho que ele careceu de mais embasamento, de mais reflexão.

Pelo fato de não prever você pode negar? Não prevê emenda, então você nega a emenda? Se não está previsto, não está previsto; outra instância pode definir. Ou o Regimento análogo, como você disse depois, ou o próprio Plenário da Assembleia podem decidir isso. Eu já estive diante de situações como essa quando o Plenário decidiu. Se tem que ter emenda, tem que ter emenda.

Então, acho que a gente deveria entender, dar o entendimento do Barros e, depois, da Janaina, que parecer é parecer. Parecer é parecer. Está aí, está bem, tudo bem. Então, o presidente poderia submeter ao Plenário uma consulta sobre o parecer. Quer dizer, vamos aceitar emenda ou não vamos aceitar emenda?

Eu acho que aceitar emenda, neste momento, é menos para permitir a expressão de todas as posições, o que na verdade é o mais importante, acho até que isso é o que justificaria, mas nem estou preocupado com isso.

Estou preocupado com o seguinte: a emenda, neste momento, permitiria que a gente buscasse um acordo, buscasse um acordo de uma punição efetiva para a Casa não sair deste episódio pior do que saiu. Cento e dezesseis dias vai sair parecendo que nós recuamos, nós punimos. Toda a Casa vai perder com isso, todos nós vamos sofrer desgastes por isso.

Não vamos ter como justificar um ato que, na verdade, quebrou o decoro parlamentar de maneira grave. A deputada Isa Penna se muniu dos documentos na época, das imagens, e colocou isso para que todos nós vissemos.

Muitos de nós amadurecemos uma posição ao longo do tempo, muitos de nós ouvimos as pessoas. Eu digo para vocês que muita gente me procurou, muitas mulheres me procuraram, gente que eu não imaginava que iria me procurar, preocupadas com isso e achando que a Assembleia tem que dar uma resposta. Tem que dar uma resposta. Não pode acabar em pizza.

Eu acho que tínhamos que fazer isso. Se a posição do PT e do PSOL, que inicialmente era a posição de pedir a cassação, não é viável porque não há votos para isso, não vamos deixar aprovar 119 dias.

Não vamos deixar. Estou preocupado com a Casa. Podemos simplesmente manter a nossa posição. Vamos lá, pedimos cassação, ficamos na nossa e depois falamos mal da Assembleia.

Não quero falar mal da Assembleia. Não quero falar mal desta Casa, quero defender esta Casa. E poder defender esta Casa é dizer: “Não, não foi cassação, que era a posição que a gente tinha, mas foi uma posição dura. Foram seis meses, seis meses é uma posição dura, é uma posição em que a pessoa está pagando pelo que fez.” Seria uma resposta adequada.

Então, eu acho que deveríamos abrir espaço para que pudessemos apresentar emendas. Acho que a discussão não vai terminar hoje, a discussão vai terminar só amanhã. Então, dá muito tempo de conversar e construir uma posição intermediária que signifique uma punição de fato.

Acho que, para vocês, para a maioria que está defendendo a coisa de 119 dias, vai ser muito ruim. Vai ser ruim para vocês e vai ser ruim para a Casa. Agora, não podemos ficar amarrados a esse parecer.

Ficar amarrado a esse parecer vai ser a emenda pior do que o soneto, porque vamos permitir que quatro ou cinco determinem a posição de todos nós, até porque, eu repito, o Regimento é omissão sobre a questão da Comissão de Ética, sobre a questão da emenda.

Se ele é omissão, o Plenário é soberano para decidir as emendas. Isso é praticamente automático, é fácil de entender, é tautológico entender isso, porque estamos falando de um Regimento omissão. Se ele é omissão, o Plenário pode decidir. E o parecer não é determinante ou, como diz a Janaina, não é vinculante à decisão. Muito bem, Janaina.

Então, minha posição é essa, gente. Acho que nós temos que fazer um esforço. O presidente tinha que fazer um esforço para que a gente construísse uma posição, uma posição alternativa que correspondesse a uma punição de fato. Eu digo para vocês, eu, meu partido, nós não vamos votar jamais na posição de 119 dias, nunca.

Eu não tenho como explicar isso para ninguém, e a Casa vai apanhar muito, vai ser desgastada pela imprensa, com razão. Vai ser desgastada pelas pessoas, com razão, pelos movimentos de mulheres, pelos intelectuais e artistas que se mobilizaram, a gente não vai aceitar nunca isso.

Então, em ordem de que essa Casa possa ter sua imagem minimamente preservada, vamos construir uma posição que seja de fato uma punição de verdade, e não arremedo de punição. O que está sendo feito é um arremedo.

Quero dizer mais, o Parlamento, para a gente sair dos formalismos, é um local de construção de política, construção de posições. Portanto, nada mais correto do que a gente procurar construir uma posição que não seja uma posição de acobambramento, me desculpe, dos 119 dias. Pode não ser a cassação,

mas que seja alguma coisa efetiva. Nós temos que dar uma resposta, nós não podemos deixar esse assunto passar em branco.

A deputada Isa Pena, pessoalmente, sofreu muito, eu sou totalmente solidário com ela. Aliás, acompanho ela, votando até por essa solidariedade. Agora eu quero dizer o seguinte: ela sofreu, mas a Casa vai sofrer se não tomar uma posição efetiva.

Se não fizer uma punição efetiva, a Casa vai sofrer, a Casa vai se desgastar, aí depois não vem falar “mas porque a Casa...”, não, não. Uma posição dessa é indefensável, absolutamente indefensável.

Bom, quero concluir aqui, agradecendo o Sr. Presidente Carlão Pignatari, instando o Carlão a ajudar a gente a buscar essa posição, construir essa posição como presidente, como líder que é, como pessoa que foi eleita por todo mundo, tem o respeito e a confiança de todos nós, conduzir esse processo.

Acho que, inclusive vai ser um momento importante para marcar a presidência do Carlão, que está, digamos assim, a sua altura. É uma pessoa com toda capacidade de tocar isso, já fez isso, já fez coisas mais difíceis, então acho que está na sua mão a gente buscar essa saída. Se não encontrarmos a saída, aí cada um vota de acordo com a sua consciência; nós vamos votar contra, evidente.

Vamos obstruir, mas de qualquer forma, a gente pelo menos tentou construir uma posição para salvar a imagem da Casa, que é fazer minimamente uma punição, uma punição correspondente, uma punição legítima e uma punição que tenha, digamos assim, o mínimo de respeito da sociedade.

Porque o que vai ser aprovado corre o risco de ser uma posição para ser galhofa na sociedade. Eles vão perguntar “por que 119 dias?”, aí vão entender qual é o problema dos 119 dias e vão ver que é um truque.

Então, eu acho até que talvez devesse ter proposto 110 dias, para sair da história dos 119, que, quando vai explicar os 120, vai ficar uma emenda pior que o soneto. Então é isso o que eu gostaria de falar, pedir então a todos vocês, pedir desculpa por ter falado demais, mas esse tipo de sessão faculta a todos nós trinta minutos, o que é bastante, né, Professora Bebel?

Quero deixar um abraço aqui a todos vocês, fazer esse apelo para o presidente Carlão como líder desta Casa para conduzir esse processo independentemente das nossas posições políticas e ideológicas, construir uma punição que seja uma punição decente, equilibrada, aceitável, que nos permita dialogar com a sociedade.

“Olha, nós punimos, é um problema de decoro grave e nós punimos” e não a meia boca que vai acabar saindo caso a gente não evolua para esse acordo. Quero mais uma vez manifestar minha solidariedade à Isa e dizer que a gente está solidário a procurar construir uma punição de fato. Se não for a punição de fato viável, vamos votar com você.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, deputado José Américo. Uma questão de ordem da deputada Bebel. Antes cumprimentar aqui o nosso sempre presidente Fernando Capez, que veio aqui visitar nossa Casa e, hoje, presidente do Procon. Veio trazer novidade aqui do Procon, né, presidente? Mas a questão de ordem da deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu resolvi, para a sorte do senhor, retirar essa questão de ordem por ora.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, deputada. Eu não quis interromper a fala do deputado José Américo, então muito obrigado pela retirada da questão de ordem. Passo a palavra agora à deputada Delegada Graziela, de Franca. Deputada Graziela, a palavra está com a senhora.

A SRA. DELEGADA GRACIELA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Colegas deputados, deputados, eu não poderia deixar de, nesse momento, diante desse caso grave que estamos agora discutindo, manifestar esse meu sentimento a respeito disso.

Eu fui delegada, sou delegada, trabalhei por 30 anos como delegada de polícia, comecei minha carreira em 1985 e, como delegada de polícia, em 1989. E foi em uma época em que estavam instalando as Delegacias de Defesa da Mulher no estado de São Paulo e eu fui designada para uma delegacia.

Então, vendo esse fato absurdo que a nossa colega deputada Isa Penna sofreu em plena Casa de Leis, me remeteu ao passado.

Eu assumi a Delegacia de Defesa da Mulher logo no início da minha carreira e passei a me lembrar o tanto que foi sofrível a minha estadia na Delegacia de Defesa da Mulher. Enquanto os demais colegas em outras delegacias tratavam de outros crimes, furtos, roubos, estelionatos, lidavam perfeitamente com a situação - o que tinham ali, era uma legislação pertinente para que pudesse ser usada -, eu, como delegada à mulher, me sentia completamente de braços atados.

Por que, Sr. Presidente? Foi uma época em que ainda se repetia muito a frase na nossa sociedade de que "em caso de marido e mulher não se mete a colher", em que crimes contra a mulher eram considerados de menor potencial ofensivo, crime pequenininho bater em uma mulher, dar um soco em uma mulher, um chute.

Quantas situações que vi como delegada e não podia dar uma resposta eficaz para aquela mulher naquela época? Quantas vezes chamei autores na delegacia naquela ocasião que simplesmente me desafiavam, diziam "eu vou bater e vou bater outra vez, eu pago duas, três, estas básicas"?

Recordo, Sr. Presidente, como voltei várias vezes para casa com muita agonia no meu coração porque eu sei que essa mulher ia voltar para casa, eu sabia disso, e ia sofrer violência de novo.

Quantas mulheres eu recebi na delegacia por terem sido assediadas em ônibus, na rua? E qual era a punição? Nenhuma, importunação ofensiva ao pudor, com crime menor. Então, isso me fez remeter agora a essa situação que nós estamos tratando em pleno plenário, em que a nossa colega Isa Penna foi covardemente assediada.

Eu fui me sentir delegada, Sr. Presidente, somente em 2006, quando, com advindo da Lei Maria da Penha, em 2011, quando, sim, eu pude demonstrar e dar resposta para as vítimas, uma punição mais severa, podendo prender aquele autor em flagrante delito.

O poder de pedir a prisão preventiva dele, e depois foram tendo as evoluções, como a medida protetiva e outros direitos mais foram conquistados devido às lutas permanentes de mulheres nesse engajamento e enfrentamento à violência doméstica, ao enfrentamento de qualquer tipo de violência contra a mulher.

Então, Sr. Presidente, hoje, me deparando com essa circunstância e analisando aqui o caso da deputada Isa Penna, as vítimas, normalmente nesses crimes, têm que defender ali e demonstrar a todo tempo